

Lisboa, 14 de Maio de 2019

Texto lido durante a reunião da Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto.

Assunto: petição n.º 610/XIII (4.ª)

Em primeiro lugar gostaria de cumprimentar todos os presentes, exmos. senhores deputados, e agradecer a oportunidade que nos deram para intervir junto desta Comissão.

O assunto que nos trás aqui, diz respeito à petição “Salvar a Casa da Pesca”, criada na sequência de inúmeros alertas que se tem feito. Por isso, o assunto não é novo, mas recordemos do que se trata:

A Casa da Pesca é uma estrutura de recreio situada na parte norte da Quinta de recreio dos Marqueses de Pombal, em Oeiras, propriedade construída por Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal, figura responsável pela reedificação de Lisboa pós-terramoto. A autoria do projecto da Quinta, e possivelmente do conjunto da Casa da Pesca tem sido atribuída também a um outro interveniente na reconstrução de Lisboa, o arquiteto Carlos Mardel.

Edificada nas décadas de 60 e 70 do século XVIII, a Casa da Pesca é uma estrutura constituída por jardim, tanque, cascata do Taveira e casa, cuja decoração acompanha e testemunha o gosto da época. Entre os elementos destaque para os painéis de azulejo branco e azul cobalto, que ladeiam a cascata, e onde estão representadas cenas mitológicas marítimas de influência francesa, e cuja produção é proveniente da Fábrica do Rato. Salientamos a presença de graffitis, além de outros escritos nos azulejos, as inúmeras fissuras causadas pelas raízes das árvores que crescem sem qualquer controlo, provocando também grandes infiltrações no muro que suporta o anfiteatro onde está o painel, além do roubo de azulejos. Destaque ainda para a Casa da Pesca, cujo interior de grande riqueza decorativa é evidenciada pela presença

de estuque de grande qualidade e temática alusiva à pesca, possivelmente da autoria do estucador Giovanni Grossi responsável pela intervenção no palácio pombal, tanto em Oeiras, como em Lisboa. Também aqui evidenciamos o abandono e ausência de obras de recuperação na medida em que na primeira visita que efectuámos em 2010, observamos com grande espanto que o tecto apresentava inúmeras falhas e fissuras dada a perda constante de estuque, agravada pelas constantes infiltrações de água. Já em 2016, durante a última visita que realizámos, verificámos que a queda de estuque se havia agravado, para o dobro senão mesmo triplo, face à ausência de obras do telhado. Além do estuque, decoravam os lambris desta sala diversos painéis de azulejo azul e branco, com composições alusivas ao trabalho do pintor Claude Joseph Vernet, e que foram recentemente alvo de roubo, como noticiou o jornal Público no passado dia 10 de Maio.

Além destes elementos poderíamos citar muitos outros, não só pertencentes ao conjunto da Casa da Pesca, mas a toda a quinta, como fontes, cascatas, minas de água, entre outros, que carecem igualmente de protecção, e sobretudo de obras urgentes, face ao desmazelo do proprietário em salvaguardá-las.

Recuemos um pouco no tempo a fim percebemos como culminou este processo nos nossos dias: Tudo parece ter funcionado na sua normalidade, enquanto casa da família Pombal, até que em 1939, a Quinta foi vendida ao jornalista Artur Brandão. No ano seguinte, o Palácio dos marqueses de Pombal, abrangendo o jardim, Casa de Pesca e Cascata foram classificados de Monumento Nacional. Ainda assim, o regime de protecção e salvaguarda a que estava restrito não impediu, em 1958, a venda e “divisão” da quinta por dois proprietários, atribuindo-lhe nova designação. A sul, a Quinta de Baixo, constituída pelo Palácio e jardins anexos, foi adquirida pela Fundação Calouste Gulbenkian, encontrando-se desde 2003, na posse da Câmara Municipal de Oeiras. Já a norte, a Quinta de Cima, constituída por extensos

terrenos onde se encontram diversas estruturas de recreio e de apoio à exploração agrícola, como a mencionada Casa da Pesca, foi adquirida pelo Estado, que ali construiu a Estação Agronómica Nacional, actual Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária (INIAV), pertencente ao Ministério da Agricultura.

É neste momento que começa o abandono crónico do referido conjunto, bem como de toda a Quinta de Cima. Não esqueçamos que o novo proprietário, a antiga Estação Agronómica Nacional, entidade de investigação agrária, não estaria exactamente vocacionada para intervir junto do património histórico que tinha em mãos. Contudo, tal como qualquer proprietário que cuida da sua casa, deveria ter pelo menos realizado as obras mínimas de prevenção e protecção. E destas, somente temos registo de que foram realizadas pela Direcção-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), já na década de 60, com o intuito de limpar a área envolvente e reparar o telhado. Curiosamente, no processo desta Direcção encontramos referenciados inúmeros alertas que dão conta que o problema do telhado nunca foi inteiramente resolvido, levando por isso às sucessivas infiltrações de água que culminaram no estado actual: um tecto com perdas irreversíveis de estuque, estando em risco, a qualquer momento, a sua perda total. Mas continuemos, ... Entre 1974 e 1983, a utilização da casa como creche lançou o alerta da urgente necessidade de reabilitação e readaptação do espaço a uma nova e adequada função com vista à salvaguarda e protecção. Á época, a Estação Agronómica ponderou a instalação de um pequeno museu centrado na história da instituição e da investigação agronómica em Portugal, solução nunca concretizada.

Já na década de 80, a DGEMN realizou pontuais obras de manutenção. Na mesma altura, surgiu um “Estudo de Recuperação e Ordenamento paisagístico da Quinta de Recreio dos Marqueses de Pombal Oeiras”, elaborado pelo arquitecto Rodrigo Dias para os Serviços de Planeamento da Câmara

Municipal de Oeiras. O estudo, nunca executado, propunha retomar a relação da Quinta com as suas estruturas, realizar obras de recuperação paisagística e arquitetónica, e criar acessos para o futuro usufruto público.

Em 1998, foi proposto um novo projeto, o “Plano de ordenamento da Quinta de Recreio dos Marqueses de Pombal”, da autoria do mesmo arquiteto. Retomavam-se as mesmas medidas, ainda que num plano alargado. Previa-se, agora, a criação de um Parque Temático em torno de zonas e núcleos temáticos culturais, recreativos e gastronómicos, que se distribuiriam pelos núcleos de recreio da Quinta. Para a Casa da Pesca estava prevista o acondicionamento de um restaurante, casa de chá, esplanada, e/ou praça de espetáculos de música ao vivo e de exposições. Das soluções apontadas, apenas a realização de espetáculos musicais se verificou pelo menos até 2012-2013, salvo erro, em virtude da existência de um protocolo existente entre a antiga Estação Agronómica e a Câmara Municipal de Oeiras. Por ocasião desses mesmos espetáculos assistíamos a repentinas acções de limpeza, junto do jardim, que escondiam o abandono e o mau estado de conservação de todo o conjunto que se arrasta há mais de trinta anos.

Em 2004, na sequência de inúmeros alertas o Instituto Português do Património Arquitectónico promoveu uma visita técnica¹ e constatou o avançado estado de degradação dos painéis de azulejo e dos estuques. No ano seguinte, uma nova visita levou à realização de uma reunião estratégica com o objetivo de elaborarem um relatório de trabalhos de recuperação e conservação, em cuja primeira fase, estava prevista a montagem de uma cobertura provisória que evitasse o risco de desabamento dos estuques, e que nunca foi concretizada².

¹ Cf. Of.º do Processo não digitalizado, in DREL/Gabinetes 0450/1, Arquivo da DGEMN.

² Infelizmente, o relatório não foi encontrado, e só se tomou conhecido dele derivado à sua menção no Of.º 766/ML, 24 de Outubro de 2005, in *DRML 1482 (C.CV/DIV)*, Arquivo da DGEMN.

Em 2007, foi apresentado um novo “*Plano Estratégico para o Parque Temático Marquês de Pombal - proposta de intervenção*”³, na sequência do de 1998, e que tal como o primeiro não foi executado.

Em 2010, após a defesa da nossa tese de mestrado em Património⁴, desenvolveram-se uma série de iniciativas a fim de se assegurar a realização de obras de conservação e restauro. Estas iniciativas levaram de algum modo a que as Instituições envolvidas reagissem e se pronunciassem. Em 2011, a nova direção do INIAV realizou pontuais obras de limpeza no jardim, e propôs para 2012, a reparação do sistema hidráulico do jardim e a colocação de uma estrutura de metal para proteger a cobertura da casa. Mais uma vez, nada foi feito.

Em 2016, houve uma nova tentativa de recuperação por parte das entidades envolvidas, sendo retomada a proposta de criação do Parque Temático do Marquês de Pombal, e que visava agora um maior entendimento sobre a gestão partilhada entre o INIAV e o Município de Oeiras de todo o espaço da Quinta do Marquês. Esta proposta previa a reabilitação do conjunto Casa da Pesca, bem como a abertura ao público da Quinta. Mais uma vez, não sendo a proposta subscrita pelas partes face à alteração no executivo da edilidade que determinou uma suspensão das negociações.

Os avanços e recuos de todo o processo à volta deste conjunto classificado de Monumento Nacional, e apesar de em Julho de 2018 se encontrar em fase de negociação um novo protocolo de cooperação entre o INIAV e a CMO, que, mais uma vez, iria garantir o restauro e conservação do património histórico edificado da Quinta de Cima, levaram-nos a criar a 18 de Setembro de 2018

³ Rodrigo Alves Dias, “*Parque Temático Marquês de Pombal - Quinta de Recreio dos Marqueses de Pombal*” in *1.º Encontro de História e Património - Diálogos de Verão 2006-2007*. (Oeiras: Espaço e Memória - Associação Cultural de Oeiras/Junta de Freguesia de Oeiras e São Julião da Barra, 2010) 233-243.

⁴ Ana Celeste Glória, “*Casa da Pesca: proposta de valorização e recuperação*” (Tese de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade Nova de Lisboa, 2010).

uma nova petição, que parece ter feito algum ruído junto das instituições envolvidas.

O presidente do INIAV, o Sr. Doutor Nuno Canada, que falou pela primeira vez à comunicação social, no dia 11 de Fevereiro deste ano, para o programa da RTP, Portugal em Directo, reconhece o arrastar da situação há décadas, mencionando que foi criado um grupo de trabalho que produziu o referido protocolo, além de um documento detalhado, entregue supostamente no final de 2018, com um plano de acção e um cronograma estimado em cinco anos, a iniciar em 2019, prevendo a recuperação da Casa da Pesca e das estruturas envolventes, a criação de um centro ciência viva e quinta biológica, que envolve um avultado investimento por parte do Município e que pode ascender os 10 milhões de euros. Questionamos o que é feito deste grupo? Quais as acções delineadas e já concretizadas, atendendo que estamos em Maio de 2019, e não temos qualquer notícia, à excepção da que foi publicada pelo Público na passada sexta-feira, dia 10, a dar conta do roubo dos painéis de azulejo do interior da Casa da Pesca?

Ainda segundo o senhor presidente da Camara Municipal de Oeiras, Dr. Isaltino Morais, no referido programa de televisão, menciona o envio do protocolo para a Direcção Geral do Tesouro, a fim de solicitarem a autorização de cedência de gestão da Quinta de Cima para o Município. Questionamos também o que é feito deste processo? Seguem-se meses de espera à semelhança do que acontece noutros processos que envolvem o Estado?

Mas relembramos ainda o seguinte: este mesmo processo que assistimos desde o segundo semestre de 2018, com a elaboração de mais um protocolo, com um novo grupo de trabalho, um novo plano de acção, repetem na realidade o que já se havia feito em 2004 e em 2016. Recordo ainda que em 2016 foi igualmente solicitada autorização à Direcção-Geral de Tesouro a cedência da gestão da Quinta de Cima, processo que foi indeferido derivado aos altos valores imobiliários que se impunham (estas informações constam do

processo da DGPC). Por isso mesmo, pergunto-vos estaremos a aguardar pela mesma resposta? Porque é que a Quinta de Cima não é entregue ao Município, quando este demonstra disponibilidade financeira para o gerir?

E porque é que o INIAV não age preventivamente de forma a impedir a perda total do tecto da casa da Pesca? Porque não previne a repetição de incidentes e roubos, como ao que já aconteceu e foi relatado a 10 de Maio?

Infelizmente, a Casa da Pesca é apenas mais um exemplar de desmazelo, incúria e incompetência, e que a nosso ver configura mais um crime contra o património cultural. Mais grave ainda, um crime contra um imóvel classificado de «monumento nacional», e cuja degradação tem sido permitida pelo próprio Estado que assiste de braços cruzados, sem sequer impor os deveres que ele próprio incute numa Lei de Bases de Protecção do Património Cultural (107/2001).

Muito obrigado,

Os peticionários,

Ana Celeste Glória

Cristina Gonçalves

Miguel Campos

ADENDA

(não foi lido)

Em 2012, mais propriamente antes do Verão, foi o gabinete do então Secretário de Estado da Cultura (SEC) (Sr. Dr. Francisco José Viegas) a promover a criação de um grupo de trabalho para resolução do problema.

Foram feitos contactos formais com a CMO, o então MAMAOT (Ministério do Ambiente, Agricultura e Ordenamento do Território), a Associação de Sítios e Jardins Históricos, etc., tendo a CMO aceitado prontamente o convite mas o Ministério da Agricultura não aceitou (como se constata na documentação que se encontra na DGPC/ MC/SEC) pelo que o grupo de trabalho nunca avançou de facto, coincidindo também com a mudança de SEC.

Em "resposta", o INIAV comprometeu-se a colocar nos planos de trabalho de 2013, a colocação da cobertura provisória, anunciando que o MAMAOT orçamentaria a empreitada respectiva em sede das Grandes Opções do Plano (GOP) para o Orçamento de Estado de 2013.

Face a isto, foi requisitado pela SEC aos serviços da DGPC o envolvimento directo dos seus serviços no acompanhamento e na elaboração do caderno de encargos respectivo, e deslocaram-se técnicos da DGPC ao local (da qual existe também documentação).

No entanto, chegados a Dezembro de 2012, constatou-se que nada tinha sido cabimentado em sede das GOP, pelo que tudo não passou de falsas promessas.